



Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, atendendo às disposições legais e estatutárias, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Apresentamos, também, os trabalhos desenvolvidos pela Concessionária Auto Raposo Tavares - CART que demonstram sua busca pela excelência em seus processos de gestão, aliados ao desenvolvimento socioambiental das regiões onde atua.

1. APRESENTAÇÃO
Em 2008, o governo do Estado de São Paulo publicou o edital para a concorrência de concessão das Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Estadual de Concessão Rodoviária. O edital estabeleceu as regras gerais para a concessão, as obrigações da concessionária e a data do leilão.

O leilão de concessão foi realizado em outubro de 2008. O vencedor foi o consórcio formado pela Construtora OAS e pela INVEPAR – Investimentos e Participações em Infraestrutura. O contrato de concessão foi assinado em 16 de março de 2009. Com isso, o Estado transferiu a administração das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, trecho Bauru – Presidente Epitácio pelo prazo de 30 anos para a CART – Concessionária Auto Raposo Tavares. O corredor é uma das principais vias de produtos, serviços e mercadorias no estado de São Paulo, formado por mais 30 municípios, com forte potencial econômico. É também uma valiosa ligação entre o estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o estado do Paraná, que possui o porto de Paranaguá.

Um dia após a assinatura do contrato, especificamente no dia 17 de março de 2009, a CART iniciou as operações nas rodovias, tendo como visto institucional SER REFERÊNCIA PELA EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONCESSÃO RODOVIÁRIA. Neste mesmo dia, os usuários já podiam contar com os recursos de atendimento ao usuário (socorro médico e mecânico). A CART iniciou também a execução do programa de recuperação emergencial das rodovias (SP-225, SP-327 e SP-270), chamado de Programa Intensivo Inicial (PII), encerrado em Novembro de 2009.

Oferecer rodovias mais seguras, buscar novas tecnologias em benefício aos seus usuários e as comunidades ao longo dos 444 quilômetros de rodovia, fazem parte da missão da empresa. A CART acredita que uma gestão responsável do bem público concedido reforça seus compromissos com a ética, valorização de seus colaboradores, segurança, desenvolvimento sustentável de seu negócio e investimentos socioambientais.

A CART trabalha de forma séria e responsável e está presente no dia-a-dia da região por 30 anos. Mais do que garantir a implantação de um modelo de excelência no Corredor Raposo Tavares, ela assume um compromisso de administrar com transparência e contribuir com o crescimento de toda região, através de rodovias novas e mais seguras, gerando novas oportunidades de crescimento.

2. MERCADO
Desde a década de 90, com o fim do modelo que garantia investimentos públicos em infraestrutura rodoviária, o governo federal e os governos estaduais buscam alternativas para garantir que tais investimentos continuem ocorrendo nos sistemas rodoviários que administram. Diante desses desafios, foram desenvolvidos programas de concessão rodoviária pelo governo federal e pelos governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul e outros modelos de concessão pública, com 5 lotes de rodovias, totalizando 1.715 km de rodovias principais e 917 km de rodovias vicinais. Nesta fase, através da outorga fixa foi possível obter, por parte do governo, R\$ 4,2 bilhões que foram pagos em dois anos, e subsidiaram outros investimentos ligados à infraestrutura no estado de São Paulo.

A ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em seu relatório anual de 2009, demonstrou que em apenas dois anos os investimentos privados em rodovias cresceram 116%, sendo que em 2007 foram investidos R\$1,42 bilhão, em 2008 R\$ 2,68 bilhões e em 2009 foram investidos R\$ 3,07 bilhões nas rodovias concedidas. Neste mesmo relatório, foi também demonstrado que, além de realizar investimentos e melhorar a operação das rodovias, as concessionárias beneficiaram os cofres públicos, com o recolhimento de tributos federais e municipais, totalizando R\$ 1,60 bilhão, dos quais, R\$ 1,17 bilhão em tributos federais e R\$ 427,76 milhões repassados a 648 municípios (ISS).

No estado de São Paulo, em outubro de 2009, foi realizada a 2ª fase da 2ª etapa do programa de concessões públicas, com 5 lotes de rodovias, totalizando 1.715 km de rodovias principais e 917 km de rodovias vicinais. Nesta fase, através da outorga fixa foi possível obter, por parte do governo, R\$ 4,2 bilhões que foram pagos em dois anos, e subsidiaram outros investimentos ligados à infraestrutura no estado de São Paulo.

3. CONJUNTURA ECONÔMICA
A economia mundial iniciou em 2010 sua trajetória de recuperação. No Brasil, o aumento da demanda interna por transporte de cargas para atender o mercado das indústrias situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, e o aumento da demanda externa, provocada pela necessidade de escoamento das safras e de produtos pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), influenciaram positivamente o negócio da CART.

Relatório da Administração
Nas praças de Pedágio da CART, foi registrada a passagem de 42.187.579 veículos equivalentes pagantes, correspondente a uma média diária de 115.582 veículos equivalentes pagantes dia.

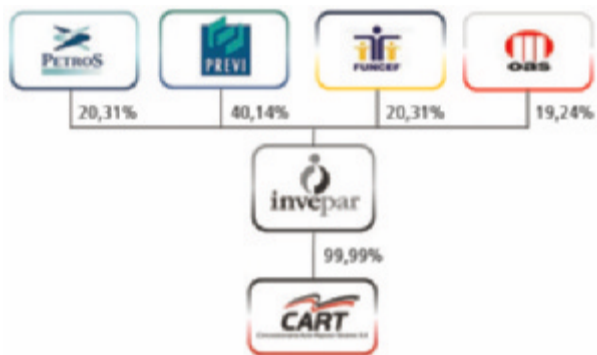
4. RECURSOS HUMANOS
Um dos objetivos estratégicos da CART é ser um agente de desenvolvimento regional no Corredor Raposo Tavares. Para isso, a empresa prioriza a contratação de mão-de-obra localizada dentro da região onde está inserida. Além da contratação, a empresa também investe no treinamento, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. Apenas em 2010, foram realizadas 17.351 horas de treinamento e investidos R\$ 219 mil em capacitação e desenvolvimento.

Em 2010, a empresa fechou seu quadro de pessoal com 581 empregos diretos e 1.349 empregos indiretos, contra 518 empregos diretos e 1.350 empregos indiretos em 2009. A CART motiva e valoriza o trabalho em equipe, tendo essa premissa como propulsora da empresa na superação de seus desafios ao longo dos seus 30 anos de concessão.

5. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
Estar à frente das tendências, buscar as melhores práticas de mercado e o investimento em tecnologias de ponta para a gestão de seu negócio, fazem parte da cultura da empresa. Em 2010, a CART investiu em novas propostas de tecnologia para atendimento a seus usuários, nos testes com o sistema de pagamento eletrônico aplicável a motociclistas (TAG adesivo) e ao final de 2009, foi a primeira concessionária a adotar sistema de rádios digitais bidirecionais com a tecnologia de banda larga sem fio Ponto-a-Ponto no Brasil. Essas iniciativas exemplificam como nossos colaboradores são motivados e apresentam soluções inovadoras, acessíveis e práticas para o negócio da empresa.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO EM 2010
Em dezembro de 2009, foram inauguradas nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, dando início à arrecadação que culminou em uma receita operacional bruta de R\$ 25,9 milhões, sendo que em 2010, com o ciclo completo de 12 meses de arrecadação, a empresa chegou a uma receita operacional bruta de R\$173,7 milhões.

7. ESTRUTURA SOCIETÁRIA
A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. é uma companhia aberta de capital nacional que tem como objeto social exclusivamente a exploração e operação do corredor denominado Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do contrato de concessão firmado entre o estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP e a Sociedade (Contrato de Concessão).
A CART é uma empresa do Grupo INVEPAR – Investimentos e Participações em Infra-Estrutura, sociedade formada pelos fundos de pensão Bravi (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e pela empresa OAS Investimentos. O Grupo INVEPAR tem entre seus negócios a Linha Amarela S.A. (Lamsa) e o Metrô Rio, no Rio de Janeiro e as Concessionárias Litoral Norte (CLN) e Bahia Norte (CBN), na Bahia.



8. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL CORPORATIVA

Em 2010, a CART continuou com seus projetos de auxílio ao desenvolvimento regional das cidades que estão situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, principalmente os voltados à saúde, educação e segurança de seus usuários, além de executar as ações previstas em seu Plano de Redução de Acidentes – PRA, cumprindo com as metas estabelecidas junto ao poder concedente que almejavam a redução do "Índice de Mortos na Rodovia". As iniciativas em 2010 foram decisivas para que a empresa pudesse participar ainda mais dos caminhos que auxiliam o desenvolvimento dos municípios lindeiros ao longo do Corredor Raposo Tavares. A seguir alguns dos projetos que se destacaram no ano:

- Programa Na Mão Certa: é uma iniciativa da Childhood Brasil (Instituto WCF) que visa mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Somos contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.
- Pacto Global: Em outubro de 2010 a Concessionária Auto Raposo Tavares, se tornou signatária do Pacto Global, reforçando seu comprometimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, participando desta mobilização empresarial para a adoção de boas práticas de negócios. O objetivo do Pacto Global está baseado em valores, divididos em 10 princípios básicos nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção.
- Bloqueio Educativo – Carnaval: distribuição de kits contendo: iox car, folhetos explicativos sobre direção defensiva, informativos sobre bebida alcoólica + direção, prevenção de DST/AIDS e divulgação do 0800 da concessionária. Além destes, foram distribuídos preservativos e lanças para os motoristas.
- Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: colaboradores da CART receberam orientações sobre o tema, bem como ocorreu a distribuição de 26,5 mil informativos, 50 mil revistas com matéria sobre o tema nas praças de pedágio, SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário) e

base da Polícia Militar Rodoviária. Estas ações contaram também com bloqueios educativos para 300 caminhoneiros nas cidades de Presidente Prudente e Santa Cruz do Rio Pardo.

• Saúde na Estrada: ações com objetivo de incentivar os atendidos (sociedade e usuários da rodovia) quanto às práticas preventivas com relação à saúde e a busca por uma melhor qualidade de vida. Nestas, a CART disponibilizou visita às viaturas operacionais (UTI-Móvel, Inspeção, Guincho Super Pesado e Caminhão de Combate a Incêndio) para que os usuários possam conhecer melhor os atendimentos que são prestados na rodovia.

• Projeto Saúde Criança: realizado em Presidente Epitácio ofereceu gratuitamente consultas odontológicas às crianças da rede pública de ensino que apresentavam queixas de acuidade visual, além da distribuição gratuita de óculos para aqueles que apresentaram algum defeito.

• Dia da Cidadania: em julho este evento foi realizado no cidade de Assis, mais uma bela cidade ao longo das 444 km do Corredor Raposo Tavares. Foram realizadas atividades sócio-educativas com 25 alunos do Projeto Bem Me Quer, um importante projeto daquela cidade tendo a CART auxiliado na viabilização de ações sócio-educativas em parceria com órgãos de atendimento social.

• Bicicleta e Trânsito – Pedale com Segurança: um projeto focado em apoiar ações de educação no trânsito desenvolvidos nos municípios e na Rodovia Raposo Tavares. Em 2010 participaram deste projeto 450 estudantes das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Bauru.

• Cidadania Jd: focado na distribuição de antenas coto-cero para os motociclistas que passaram pela rodovia ou transitam nas cidades que estão no trecho concedido à CART. Foram dadas dicas de segurança sobre duas rodas e para a preservação da vida do motociclista.

• Mudanças para o futuro: em Junho a CART realizou a ação de Plantio de Mudanças com crianças em Presidente Epitácio, em comemoração ao Dia do Meio Ambiente. Neste dia foram distribuídos folders educativos, bonês e o plantio de mudas por 50 crianças.

• Animais silvestres: em 2010 a empresa firmou parceria com entidades locais para prestação de atendimento adequado aos animais da fauna regional contribuindo para sua preservação.

Com este espírito, grativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

9. REALIZAÇÕES EM 2010 E PLANOS PARA 2011
2010 foi um ano de grandes realizações para a CART. A empresa completou seu 1º ano de operação a contento da gestão do sistema viário e de pedágio das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. No pavimento, foram recuperados 303 quilômetros de pistas nas três rodovias iniciada a implantação de acostamento na SP-225, totalizando 42 km realizados. A restauração envolveu ainda a recuperação do sistema de drenagem em 58 km da via, visando melhorar o escoamento da água da chuva, a correção de 45 pontos de erosão, recuperação de obras de artes especiais (pontes e viadutos), entre outras. A obra de remodelação do trevo de Ourinhos (trecho SP-327 km 31+433 ao 32+433), na ligação das rodovias Orlando Quagliato (SP 327) e Raposo Tavares (SP 270), avançou em novembro com a colocação das 05 (cinco) vigas de sustentação do primeiro de dois viadutos que serão construídos no local, cada viga possui 29 metros de comprimento e pesa 70 toneladas. Um segundo dispositivo também foi iniciado no ano de 2010, só que desta vez no km 29 + 100 da SP-327.

Em 2010, ocorreu a celebração do contrato com empresas de telecomunicações, com vigência de 28 anos, tendo como objeto a locação de infraestrutura para telecomunicações, incluindo fibras ópticas adequadas para o gerenciamento de seu Planejamento Estratégico – 2011/2013; a aquisição de software de BI – Business Intelligence, oferecendo uma maior simplicidade na extração das informações empresariais e alta potencialidade no processamento de grandes volumes de dados; adoção das práticas de Governança Corporativa, confirmadas com o registro da empresa como de Capital Aberto pela CVM e, por último, a Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade baseado nas normas NBR ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo a CART sido certificada em fevereiro de 2011 na NBR ISO 9001:2008, estando em andamento para 2011 o processo de consolidação do modelo de gestão baseado nas demais normas citadas.

10. AUDITORIA INDEPENDENTE
As demonstrações financeiras foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em reação aos exercícios encerrados em 2009 e 2010.

A contratação do trabalho de auditoria teve seu início em 07 de maio de 2009 e o objeto do contrato, a prestação de serviço de auditoria das demonstrações financeiras. O valor global das auditorias de 2009 foi de R\$ 54 mil e em 2010 de R\$ 70 mil.

Atendendo à determinação da Instrução CVM 381/2003, destacamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Ernst & Young não foi contratada para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como as demais informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

11. AGRADECIMENTOS
A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela garra, dedicação e espírito de equipe, apresentados durante esses dois anos de concessão.

Bauru-SP, 18 de março de 2011.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.243	29.691
Contas a receber de terceiros (Nota 5)	8.858	3.084
Estoques	825	627
Impostos a recuperar	237	726
Adiantamentos diversos	1.119	1.462
Despesas antecipadas	812	2.261
Partes relacionadas (Nota 11)	3.092	19.208
Outros	254	4.230
Não circulante	19.440	61.289
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	39.383	24.334
Outros	9	6
Imobilizado (Nota 7)	20.695	20.389
Intangível (Nota 8)	1.103.057	876.090
	1.163.144	920.819
	1.182.584	982.108
Total do ativo	1.182.584	982.108

	31/12/2010	31/12/2009
Passivo		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	9.936	413.790
Contas a pagar	1.665	3.578
Salários e encargos sociais a recolher	2.523	1.565
Impostos e contribuições a recolher	1.855	1.631
Obrigações para direito de concessão (Nota 18b.)	490	267.059
Partes relacionadas (Nota 11)	52.222	81.180
Outros	2.000	1.100
	70.691	769.903
Não circulante	6.025	2.739
Provisão de manutenção		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	674.765	89.765
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 10)	121	37
	680.911	92.541
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	512.000	170.000
Prejuízos acumulados	(81.018)	(50.336)
	430.982	119.664
Total do passivo e patrimônio líquido	1.182.584	982.108

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional (Nota 14)	159.122	23.715
Receita de contrato de construção (Nota 14)	243.091	259.389
	402.213	283.104
Custos do contrato de construção	(235.798)	(251.608)
Custo dos serviços prestados (Nota 15)	(117.972)	(53.351)
Lucro (prejuízo) bruto	48.443	(21.855)
Despesas operacionais:		
Gerais e administrativas	(28.250)	(12.007)
Remuneração dos administradores (Nota 12)	(951)	(969)
Depreciações e amortizações	(4.896)	(1.365)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 16)	(59.807)	(38.474)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(45.731)	(74.707)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 6)	15.049	24.334
Prejuízo do exercício	(30.682)	(50.336)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 17)	(44,79)	(296,09)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração de resultado.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2	-	2
Aumento de capital	169.998	-	169.998
Prejuízo do exercício	-	(50.336)	(50.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	170.000	(50.336)	119.664
Aumento de capital	342.000	-	342.000
Prejuízo do exercício	-	(30.682)	(30.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	512.000	(81.018)	430.982

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - DVA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas:		
Vendas de serviços	159.122	23.715
Receita do contrato de construção	243.091	259.389
	402.213	283.104
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos do contrato de construção	(235.798)	(251.608)
Materiais, serviço de terceiros e outros	(82.595)	(36.052)
	(318.393)	(287.660)
Valor adicionado bruto	83.820	(4.556)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(40.273)	(18.664)
Valor adicionado líquido pela companhia	43.547	(23.220)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	1.044	3.836
Valor adicionado total a distribuir	44.591	(19.384)
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	29.471	12.976
Impostos, taxas e contribuições	(453)	(24.334)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	46.255	42.310
Prejuízo do exercício	(30.682)	(50.336)
Valor adicionado distribuído	44.591	(19.384)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízo líquido do exercício	(30.682)	(50.336)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Margem bruta de construção	(7.293)	(7.781)
Depreciação e amortização	40.273	18.664
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquido	52.324	17.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.049)	(24.334)
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	84	37
	39.657	(46.715)
(Aumento) redução em ativos operacionais:		
Contas a receber de terceiros	(5.774)	(3.084)
Estoques	(198)	(627)
Impostos a recuperar	499	(726)
Outras contas a receber	3.776	(4.236)
Adiantamentos	343	1.462
Partes relacionadas	16.116	(19.208)
Despesas antecipadas	1.449	(2.261)
	16.401	(31.604)
Aumento (redução) em passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.913)	3.578
Impostos e contribuições a recolher	224	1.631
Salários e encargos sociais a recolher	958	1.565
Obrigações para direito de concessão	(266.569)	267.059
Provisão para manutenção	3.286	2.739
Outras obrigações	900	1.100
	(263.114)	277.762
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(207.056)	199.353

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração de resultado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA em período de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidos, compreendendo:

- SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no km381, no entroncamento com a SP-327, Km2, Ourinhos: final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, no estado do Mato Grosso do Sul;
- II - SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, km336+735, Bauru; final do trecho no km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo;
- III - SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no km32



Continuação

classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes e partes relacionadas, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos concedidos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Passivos financeiros
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a partes relacionadas.

v) Valor de mercado
O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

d) Contas a receber de terceiros
As contas a receber referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônicas e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, com prazo de recebimento inferior a 45 dias, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (Nota 5).

e) Despesas antecipadas
Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

f) Imobilizado
O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, formação ou construção, que não esteja diretamente vinculado ao contrato de concessão, deduzida das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (Nota 7).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia optou por não avaliar os ativos imobilizados e intangíveis pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia; (ii) a Companhia possui uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados e intangíveis, que incluem a análise de risco de obsolescência e a avaliação de mercado para ativos imobilizados. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado e intangíveis líquidos, estão registrados pelo custo depreciado/amortizado conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição acrescido dos encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso de equipamentos e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de concessão e outorga fixa.

Os ativos intangíveis, com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica ou, se não, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Nota 8).

h) Provisão para recuperação de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

i) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais acrescidos dos juros e da atualização monetária incorridos até a data do balanço (Nota 9). Os custos de empréstimos ativos e contratos de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos.

j) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 10).

k) Provisão para manutenção
A Companhia provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção, com o ajuste a valor presente da obrigação.

l) Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitua como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para a liquidação do passivo. Passivos são reconhecidos quando o prazo e o valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza na sua realização. Os gastos com a infra-estrutura da concessão são contabilizados segundo o CPC 17, contratos de construção, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado com o custo da construção na demonstração do resultado do exercício e é apurada a receita de construção com uma margem, que nos casos da companhia como há terceirização da obra, a margem é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

n) Tributação
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas com dedução	Alíquotas	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REINFRA - Portaria nº 245/11 de 27 de setembro de 2011 e o Ato Declaratório Executivo DRF/Bauru nº 59 de 04 de outubro de 2010. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infra-estrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, considerando os valores prováveis da realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 6).

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

o) Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, quando aplicável; a provisão para manutenção; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e as obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
p) Ajuste ao valor presente
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio de utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Demonstração do fluxo de caixa
A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

r) Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 577, de 12 de novembro de 2009, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Caixa geral	3	3
Numerário em trânsito	1.072	1.503
Banco conta movimento	1.131	7.498
Fundo de troca	11	11
Aplicações financeiras	1.900	20.573
	4.243	29.691

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, por meio de Letras de Crédito Agropécio - LCA indexados à taxa de 20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O prazo de resgate é de 30 dias com liquidez imediata.

5. Contas a receber de terceiros

	31/12/2010	31/12/2009
Valores a receber de pedágio (a)	8.650	6.021
Outros	208	3,23
	8.858	3.084

(a) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2010 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia.

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2010	2009
Imposto de renda	122.902	122.902
Contribuição social	(12.902)	(12.917)
Imposto de renda	115.832	115.832
Contribuição social	(9,2%)	(9,2%)
Prejuízo fiscal e base negativa	122.902	122.902
Diferenças temporárias	(12.902)	(12.917)
Base de cálculo	115.832	115.832
Alíquota	25%	25%
Imposto de renda diferido	28.958	10.425
Contribuição social diferido	10.425	17.893
Total	39.383	28.318

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em

considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2010
Exercícios	430
2014	2.081
2015	6.115
2016	10.344
2017	20.413
De 2018 a 2020	39.303

7. Imobilizado

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Automóveis	5	216	159	-	475
Veículos utilitários	5	-	191	-	191
Caminhões	5	-	126	-	126
Equipamentos para veículos	5	-	132	-	132
Sistema de controle de arrecadação	5	5.369	2.220	-	7.589
Sistema de telecomunicações	5	6.104	1.240	-	7.444
Sistema de monitoração de tráfego	5	30	432	-	462
Equipamentos de informática	5	8.454	610	(2.683)	6.381
Móveis e utensílios	5	1.301	739	-	2.040
Máquinas e equipamentos	5	-	436	-	436
Ferramentas e aparelhos	5	180	9	-	189
Circuito Fechado de Televisão	5	-	34	-	34
Painéis de mensagem	5	-	563	-	563
Radares	5	-	894	-	894
		21.754	7.885	(2.683)	26.956
Depreciação acumulada		(1.365)	(4.896)	-	(6.261)
Imobilizado Líquido		20.389	2.989	(2.683)	20.695

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

8. Intangível

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Direito de uso software	5	-	980	2.683	3.663
Marcas e patentes	10	-	6	-	6
Direito de concessão	30	259.389	258.675	-	518.064
Outorga fixa	30	634.000	-	-	634.000
		893.389	259.661	2.683	1.155.733
Amortização acumulada		(17.299)	(35.377)	-	(52.676)
Intangível líquido		876.090	224.284	2.683	1.103.057

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento para aquisição do direito de exploração no montante de R\$49.213 (31 de dezembro de 2009 - R\$24.796).

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui o montante R\$1.776 de ativos intangíveis em fase de construção, sendo:
• SAU (Serviço de atendimento ao usuário) 12 unidades ao longo do corredor Raposo Tavares com prazo de conclusão em 2011 - R\$ 174;
• COC (Centro de controle operacional) 1 unidade localizada no município de Bauru com prazo de conclusão em 2011 - R\$ 464;
• Duplicação de rodovia - R\$1.026;

As Notas Promissórias - 4ª Emissão
Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

9. Empréstimos e financiamentos
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a conta empréstimos e financiamentos estava composta da seguinte forma:

	2009			2010		
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Valor	Custo transação	TIR (ano)
BNDES Direto	TJLP	3,12% a.a	1/3/2011	89.765	65	9,12%
Notas Promissórias:						
Banco do Brasil	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
BNB	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
Banco Santander	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
Banco Votorantim	CDI	129%	2/3/2010	103.449	3.447	10,93%
				503.555		
Curto prazo				413.790		
Longo prazo				89.765		

Conforme mencionado na nota explicativa 22, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. alterou durante o último trimestre do ano de 2010, seu perfil de endividamento de curto para longo prazo, com a primeira liberação dos recursos oriundos do contrato sênior firmado com o BNDES durante o ano de 2011, bem como pela substituição das notas promissórias no valor total de R\$400.000, com vencimento em 180 dias por emissão de debêntures também no valor total de R\$400.000, com vencimento em 720 dias.

Considerando o descrito no parágrafo acima, o endividamento proveniente destas modalidades está demonstrado no passivo não circulante.

10. Notas Promissórias - 4ª Emissão
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2010, foi aprovada a realização da quarta emissão ("Emissão") de notas promissórias comerciais ("Notas Promissórias") da Companhia, no valor de até R\$400.000, para distribuição pública restrita nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A Emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador líder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e composta por quarenta Notas Promissórias, emitidas em série unitária, com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o montante de R\$400.000. Na data em questão as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da terceira emissão de notas promissórias, representada por quarenta notas promissórias comerciais, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o montante de R\$400.000.

As Notas Promissórias fizeram jus a remuneração equivalente à acumulação de 111% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano.

As Notas Promissórias tiveram prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão e, conseqüentemente venceram no dia 23 de fevereiro de 2011.

As Notas Promissórias objeto da presente Emissão contaram com aval de sua acionista Invepar Investimentos e Participações S.A., conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2010, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 24 de agosto de 2010, sob o nº 308.908/10-9 e cessão fiduciária dos recebíveis decorrentes das tarifas cobradas (pedágio) da Rodovia Raposo Tavares sob concessão da Emissora.

BNDES
Em 10 de dezembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$279.493, dividido em 03 (três) subcréditos, com os seguintes valores:

	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
i. Subcrédito A: R\$192.618 (cento e noventa e dois milhões seiscentos e dez mil e seiscentos e sete) destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.	192.618,485,37	7.020.003,20	79.855.395,43	279.493.884,00
ii. Subcrédito B: R\$7.020 (sete milhões e vinte mil) que será destinado à duplicação de trechos das vias rodovias SP-327 e SP-270.	(89.700.000,00)	-	(89.700.000,00)	(89.700.000,00)
iii. Subcrédito C: R\$79.855 (setenta e nove milhões e oitocentos e cinquenta e cinco mil) que será destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.	(45.914.535,84)	-	(79.855.395,43)	(125.770.931,27)
O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. O montante total contratado de R\$279.493, foi liberado pelo BNDES R\$255.253 até 31 de dezembro de 2010.	(35.635.275,76)	-	(35.635.275,76)	(71.370.551,52)
	(14.148.036,90)	-	(14.148.036,90)	(28.296.073,80)
	175.397.848,50	7.020.003,20	79.855.395,43	255.253.243,93
Saldo Subcréditos	172.220.636,87	7.020.003,20	-	242.240.640,07

O principal da dívida decorrente de cada subcrédito deste contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

i. Subcrédito A: B: deverá ser liquidado em prestação única no valor do principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de abril de 2011, ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,12% a.a. (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central.

ii. Subcrédito C: deverá ser liquidado em prestação única no valor do principal vincendo atualizado da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2011, ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Sobre o saldo decorrerá incidirão juros atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e aplicado pelo BNDES seguindo os critérios: apuração em dias úteis da unidade monetária IPCA do BNDES-UMIPCA, expressa em reais, com base



Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



Continuação

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

- 1 - Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização será de R\$69.100. Vigência de 12 meses.
- 2 - Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação. Vigência mínima de 12 meses.
- 3 - Garantia de pagamento do valor da outorga fixa correspondente a 4% do valor contratado, reduzida na proporção em que for sendo paga a outorga fixa. Vigência mínima de 18 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas atividades em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado.

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia Ampliações	R\$ 151.664	16/03/10 a 16/03/11	J. Malucelli	(a)
Garantia Funções Oper.	R\$ 72.706	16/03/10 a 16/03/11	J. Malucelli	(b)
Responsabilidade Civil	R\$ 22.138	16/03/10 a 16/03/11	Allianz	(c)
Riscos Operacionais	R\$ 52.661	16/03/10 a 16/03/11	Allianz	(d)

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

A Companhia tem cobertura de seguros considerados suficientes pela administração em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios para cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão. Não está incluído no escopo dos trabalhos dos auditores da Companhia, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2010 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e empréstimos e financiamentos.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de

mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do CDI diário, TJLP e ao IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II adverso possível	Cenário III adverso extremo
CDI*	10,64%	13,30%	15,96%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,02%	6,28%	7,53%

* Refere-se à taxa CDI em 31 de dezembro de 2010.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Nota Promissória	fev/11	Alta na taxa DI	(17.310)	(21.553)	(25.694)
BNDES Ponte	mar/11	Alta na TJLP	(9.142)	(10.625)	(12.106)
BNDES Ponte	mar/11	Alta no IPCA	(8.239)	(8.936)	(9.623)

O montante equivalente a 100% (cem por cento) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, da TJLP e do IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas corrente bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta valores a receber da CGMP no montante de R\$7.410, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2010.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

21. Impactos dos ajustes de CPC's nas demonstrações intermediárias

Conforme mencionado na nota 2, as informações trimestrais intermediárias da companhia referentes ao exercício de 2010 foram apresentadas sem vislumbrar os ajustes emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no mesmo ano.

Como exigência para uso desta faculdade utilizada pela companhia, incluímos conforme demonstrado nos quadros a seguir, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010 referente a cada ITR do exercício a que se refere esta demonstração financeira.

DIRETORIA:

Ricardo Schittini Duarte - Diretor Presidente
Fábio da Silva Baptista - Contador - CRC: 1SP170223/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

a) ITR de 31/03/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do Período
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(2.305)	-	(2.305)
Margem de lucro na Construção	1.115	-	1.115
Provisão para Manutenção	(822)	(685)	(822)
Estorno de depreciação	5.351	-	5.351
IR e CS diferidos	(1.135)	233	(1.135)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	2.204	(452)	2.204

b) ITR de 30/06/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do Período
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(4.926)	(201)	(4.926)
Margem de lucro na Construção	3.200	1.521	3.200
Provisão para Manutenção	(1.644)	(1.369)	(1.644)
Estorno de depreciação	12.076	376	12.076
IR e CS diferidos	(2.960)	(111)	(2.960)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	5.746	216	5.746

ITR de 30/09/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do Período
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(12.977)	(22.775)	(12.977)
Margem de lucro na Construção	5.620	3.315	5.620
Provisão para Manutenção	(2.465)	(2.054)	(2.465)
Estorno de depreciação	21.044	1.600	21.044
IR e CS diferidos	(3.815)	6.771	(3.815)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	7.407	(13.143)	7.407

22. Eventos subsequentes

a) Emissão de Debêntures

Em 10 de janeiro de 2011 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. firmou instrumento particular de Escritura Particular da Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no volume de R\$ 400.000 (Quatrocentos mil reais);

O prazo de vencimento das debêntures é de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013, data em que será dividido o valor nominal unitário das debêntures acrescida do saldo de remuneração. O pagamento deverá ser realizado em uma única parcela, na data do vencimento.

A totalidade dos recursos obtidos foi destinada ao pagamento do principal relativo à 4ª emissão de notas promissórias da Emissora.

As debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI.

A administração não tem a intenção de resgatar antecipadamente às debêntures.

b) BNDES – Financiamento

Em 10 de fevereiro de 2011 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial (nota 9) da modalidade ponte para sênior.

A primeira liberação na categoria "sub A", no montante de R\$ 377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$ 273.637, restando o valor líquido de R\$ 103.938.

O montante de R\$377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011, acrescida de juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

A liberação total aprovada monta R\$1.052.243 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa Juros
A	TJLP 377.574.952	114 parcelas mensais a partir de 15/10/11	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP 1.786.804		
B - 2	TJLP 9.817.085		
C	TJLP 174.285.092	114 parcelas mensais a partir de 15/10/13	
D	TJLP 15.310.218		
D - 1	IPCA 11.076.958	10 prestações anuais a partir de 15/03/14	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	IPCA 12.123.421		
D - 3	IPCA 15.362.455		
D - 4	IPCA 10.226.901		
D - 5	IPCA 6.388.147		
D - 6	IPCA 25.783.987		
D - 7	IPCA 44.048.359		
D - 8	IPCA 17.753.324		
E	TJLP 138.839.490	114 parcelas mensais a partir de 15/10/15	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP 33.988.215		
F - 1	IPCA 19.574.536	10 prestações anuais a partir de 15/03/16	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	IPCA 28.158.940		
F - 3	IPCA 34.353.934		
F - 4	IPCA 38.316.277		
F - 5	IPCA 15.454.258		
F - 6	IPCA 22.019.246		
	1.052.242.599		

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1